RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2018

CONDURIL

60 anos

CONDURIL

...A CONSTRUIR RELAÇÕES!

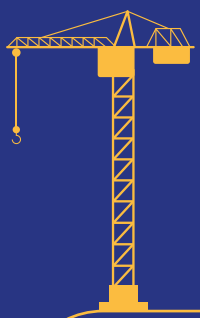
CONDURIL

60 ANOS DE HISTÓRIA

1959

FUNDAÇÃO DA CONDURIL – CONSTRUTORA DURIENSE, LDA.

Dedicava-se a pequenos trabalhos de estradas



1970

AQUISIÇÃO PELOS ATUAIS ACIONISTAS DE REFERÊNCIA

1974

CRIAÇÃO DO LCC – LABORATÓRIO CENTRAL DA CONDURIL

Sistema inovador de controlo interno de qualidade

1976

TRANSFORMA-SE EM S.A.R.L.

1990

INÍCIO DA EXPANSÃO AOS MERCADOS

Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Senegal, Cabo Verde, Malawi, Zâmbia e Gabão

ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO NA BOLSA DE VALORES

1993

9.ª MELHOR EMPRESA PORTUGUESA

Entre as empresas de todos os setores
Troféu Melhor Empresa, do Diário de Notícias

2009

EMPRESA DO ANO

(Revista Exame)

2011

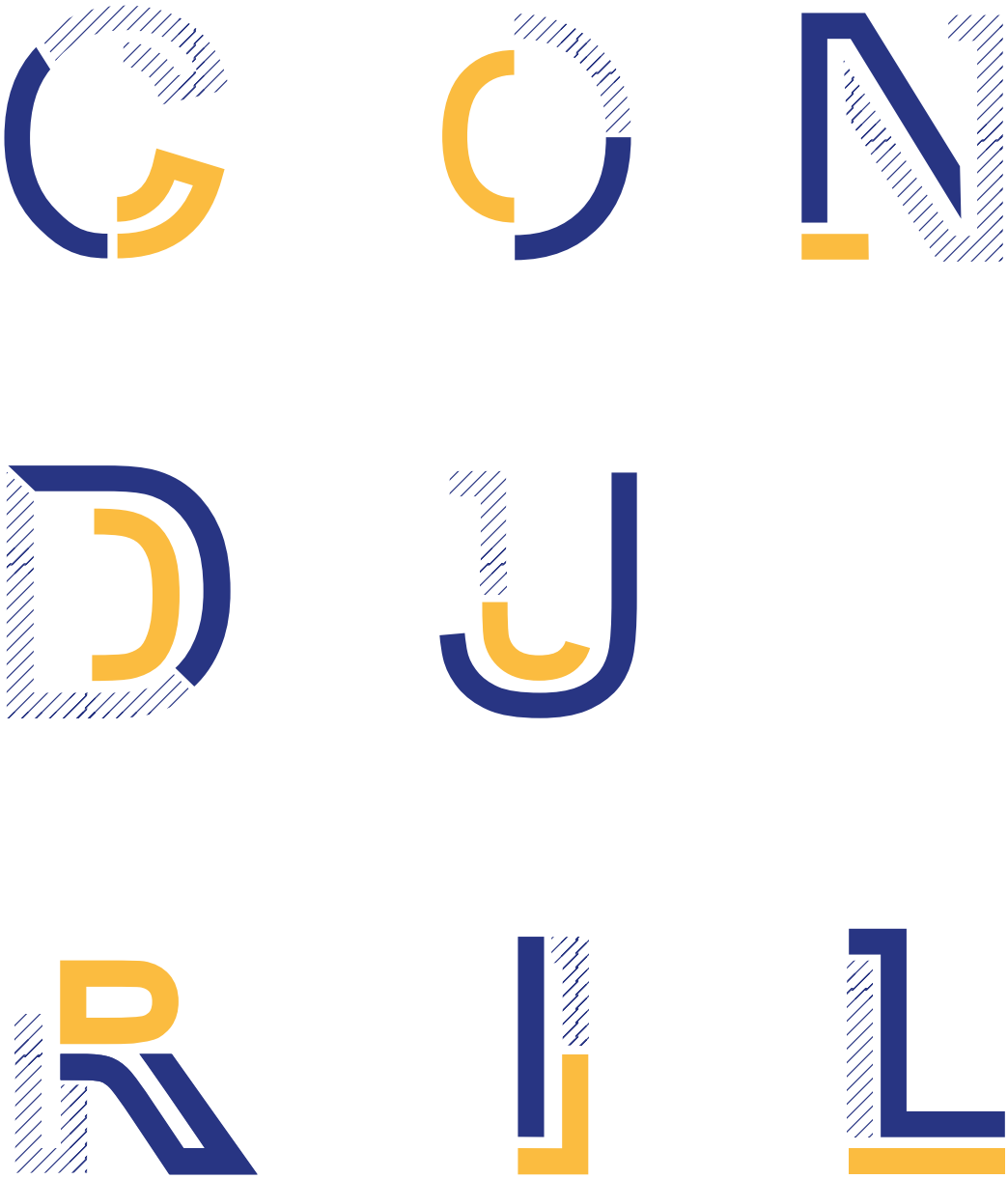
ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO SOCIAL PARA "CONDURIL – ENGENHARIA, S.A."

Com o objetivo de melhorar a perceção da dignidade do seu desempenho e operacionalidades atuais

2008 | 2009 | 2010 | 2014 2015

CONSIDERADA "MELHOR EMPRESA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO"

(Revista Exame)



RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS **2018**

ÍNDICE

06 **01** A Conduril

10 **02** Relatório Consolidado de Gestão

18 **03** Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo

60 **04** Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

64 **05** Certificação Legal das Contas Consolidadas

Angola

01 A CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2018**

01.
A CONDURIL

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A CONDURIL – Engenharia é uma sociedade anónima fundada em 1959. Nos seus 60 anos de existência tem pautado a atividade exclusivamente no domínio da engenharia civil.

Atualmente o grupo Conduril (grupo) emprega mais de 2.100 colaboradores que exercem as suas funções em 8 países, estando o centro de decisão localizado em Portugal (sede do grupo) e a coordenação operacional da África Austral centralizada em Angola.

Os Órgãos Sociais da Conduril têm a seguinte composição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Luís Amorim Martins (Presidente)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

COMISSÃO EXECUTIVA
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins (vice-CEO e CFO)
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

CONSELHO FISCAL
Ademar Américo Soares Paiva (Presidente)
Júlio Gales Ferreira Pinto
Maria de Lourdes Lopes Chaves
João Ricardo Araújo Monteiro Rocha (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)

CONDURIL, SÍNTESE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

A coordenação geral e em particular a coordenação executiva tem por base a coesão, a consistência, a meritocracia, a lealdade, o rigor, a ética e a cultura. Estes valores estão alicerçados em quatro princípios: honestidade, transparência, justiça e a rigorosa adesão às regras e aos regulamentos.

Portugal

02 RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2018**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL - ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS, APRESENTA E SUBMETE À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO, AS CONTAS CONSOLIDADAS DO PERÍODO E DEMAIS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018.

02.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

1. O produto real mundial cresceu 3 pontos percentuais em 2017, sendo que se perspetiva em 2018 um aumento equivalente. Ainda assim, esta dinâmica não se encontra claramente evidenciada no setor da engenharia civil, onde os níveis de atividade se encontram muito distantes do período pré-crise financeira.

Em Portugal, segundo dados do Banco de Portugal, o hiato do produto interno encontra-se próximo de zero. Impulsionada pelo crescimento dos últimos 4 anos, a generalidade dos setores da economia aproxima-se da sua utilização máxima de capacidade produtiva. No entanto, este cenário otimista não se difundiu uniformemente por todos os setores: a construção civil e obras públicas regista uma recuperação bastante mais lenta, agravada, em parte, pela baixa taxa de execução dos investimentos previstos no programa governamental "Portugal 2020".

Em Angola, a crescente dívida externa, a inflação elevada,

Portugal

o agravamento do défice da balança comercial e a desvalorização extremamente acentuada do Kwanza são fatores que contribuem para a instabilidade evidenciada. No seguimento destes entraves, estima-se que o produto real tenha apresentado uma ligeira contração em 2018.

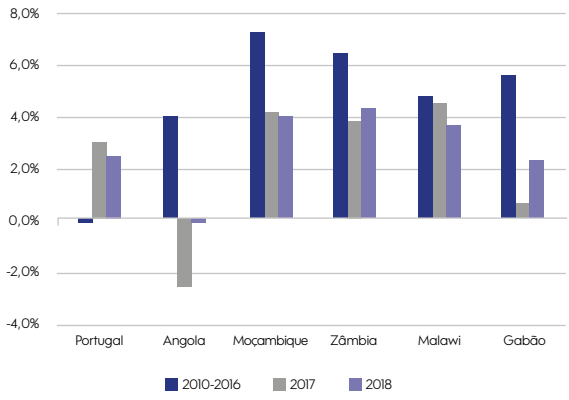
Em Moçambique, verifica-se uma maior estabilidade económica face aos dois últimos anos. Embora se conjeture que o PIB, nos próximos anos, mantenha uma tendência de crescimento inferior à da última década, são esperadas taxas de crescimento com dois dígitos a partir de 2023.

Na Zâmbia, o produto interno teve uma taxa de crescimento próxima dos 4% em 2018. O setor da construção é um dos principais propulsores deste aumento. Não obstante, verifica-se uma crescente dependência do financiamento com origem na China, gerando uma hegemonia de empresas deste país. A elevada dívida pública é uma das principais condicionantes ao desenvolvimento da Zâmbia.

No Malawi, apesar do produto real ter crescido nos últimos anos a uma taxa superior a 3 pontos percentuais, o rendimento per capita permanece baixo (inferior a 350 euros). A agricultura ainda se assume como uma das principais atividades económicas e os principais investimentos em infraestruturas estão condicionados à obtenção de financiamentos externos.

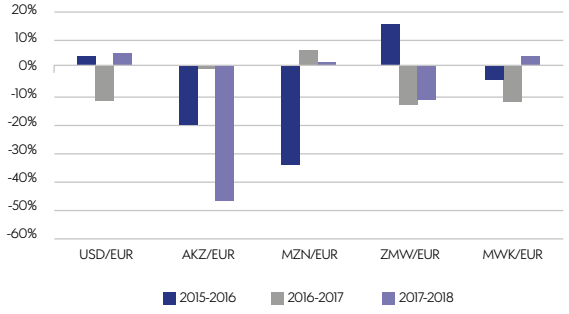
Em 2018, no Gabão, assistiu-se à dissolução do parlamento por parte do Tribunal Constitucional e à nomeação de novos deputados. Com esta mudança é esperado um decréscimo da instabilidade política vivida desde 2016 e a duplicação da taxa de crescimento do produto interno de 2%, em 2018, para próximo dos 4% em 2019.

VARIAÇÃO DO PIB REAL



Fonte: FMI- Fundo Monetário Internacional

VARIAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO



Fontes: Bancos centrais de Portugal, Angola, Moçambique, Zâmbia e Malawi

Para o ano de 2019 prevê-se a manutenção da taxa de crescimento da economia mundial próxima dos 3%, contudo, este cenário otimista, está sujeito às oscilações macroeconómicas, em especial, ao funcionamento do mercado de transações internacionais, ao reforço e manutenção dos acordos internacionais e à evolução das tensões geopolíticas, com particular ênfase no seguinte:

- aumento do preço das *commodities*, em especial do petróleo;
- flutuação cambial que estará fortemente condicionada à evolução do Dólar Americano, por questões de política interna;
- reforço do volume de projetos financiados por organizações internacionais para o desenvolvimento de infraestruturas básicas nos países emergentes;
- aumento do investimento nos países onde irão ocorrer eleições, como é o caso de Portugal;
- reforço dos meios de combate às elevadas taxas de inflação, ...

2. O volume de negócios atingiu um valor próximo dos 125 milhões de euros, o que representa uma redução de 15% face ao ano anterior.

O volume de negócios fora de Portugal representa aproximadamente 76% do seu total, estando a atividade em território nacional muito aquém do previsto, por força das indefinições de projetos já adjudicados e dos atrasos na implementação do plano de investimentos definido para o período de 2014 a 2020.

Mantêm-se em execução os principais projetos referidos no relatório do ano anterior e foi assinado o contrato para a construção do IP5 entre Vilar Formoso e a fronteira com Espanha, iniciou-se a construção da maior ponte pedonal suspensa do mundo em Arouca, a estabilização de taludes nas linhas do Douro, Norte e Beira Baixa em Portugal, a execução das infraestruturas para a nova centralidade do Sumbe para o cliente Kora em Angola e, em Moçambique, a reabilitação de 3 regadios, a construção de infraestruturas para o terminal da Galp na Beira e a construção de 3 pontes em Cabo Delgado para o dono de obra Konoike.

Os principais indicadores continuam a evidenciar a solidez económica e financeira do grupo, apesar das severas condicionantes que têm penalizado o volume de negócios e os resultados líquidos, conforme se pode constatar na seguinte tabela:

Angola

INDICADORES	2017	2018
Ativo líquido (€)	421.594.004	346.526.010
Passivo (€)	203.641.959	134.027.840
Capital próprio (€)	217.952.045	212.498.170
Dívida bruta (€)[1]	116.745.931	47.550.966
Dívida líquida (€)[2]	-31.269.629	-19.689.859
Volume de negócios (€)	146.807.517	124.574.488
EBITDA (€)	36.051.392	25.561.997
Resultado líquido do período (€)	7.016.463	3.047.097
Autonomia financeira	52%	61%
Liquidez geral	183%	206%
Rácio de solvabilidade	107%	159%
Rácio de endividamento	93%	63%
Rentabilidade das vendas	5%	2%
Dívida bruta/EBITDA	3,24	1,85
EBITDA/Volume de negócios	25%	21%

[1] a dívida bruta apresentada corresponde à soma de todos os financiamentos bancários contraídos pelo grupo.
[2] a dívida líquida representa a diferença entre a dívida bruta e as disponibilidades ou equiparáveis do grupo.

3. A política de investimentos adotada pelo grupo apresenta uma elevada flexibilidade, permitindo o rápido ajuste às condições do mercado.

Neste sentido, os principais investimentos realizados em 2018 centram-se em dois núcleos: os ativos fixos e o capital humano.

Ao nível dos ativos fixos foi efetuada uma renovação e reforço de vários equipamentos básicos e de transporte e foi terminada a construção do novo edifício sede da sucursal de Angola, designado por Metamorphosis. O projeto deste edifício foi um dos finalistas na categoria de utilização mista do evento "World Architecture Festival 2018".

O investimento realizado em Capital Humano espelhou o sentido de responsabilidade social corporativa da Conduril, assente nos seguintes fundamentos:

- incentivo à formação: em 2018 foram registadas mais de 21.500 horas de formação, 81% das quais ministradas na Conduril Academy. Em Angola, a Conduril Academy implementou um projeto de seleção para a atribuição de 10 bolsas de estudo financiadas pelo grupo, estando em estudo o alargamento deste projeto para Moçambique em 2019.

- proteção dos colaboradores: através de apólices de seguro de saúde, assistência e proteção em viagem que abrangem todos os colaboradores que cumprem os critérios definidos pela Administração.

- complemento de remuneração aos trabalhadores no período de reforma: o Fundo de Pensões Conduril, financiado a 100% por recursos próprios e que apresenta um valor atual superior a 9 milhões de euros, garantiu este princípio.

4. O foco na satisfação de todos os *stakeholders* reflete fielmente a conduta da Conduril e todos os procedimentos que adota. A conformidade e consistência dos seus processos tem sido reconhecida ano após ano pelas entidades externas autónomas competentes, tendo-se traduzido em 2018:

- no acompanhamento, manutenção e extensão da certificação do sistema de gestão da qualidade em Portugal e Edirio, revalidação na sucursal de Angola, Métis e Urano e nova concessão na delegação de Moçambique e ENOP, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015, pela APCER;

- na renovação e extensão da certificação no âmbito do sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho em Portugal, Edirio, sucursal de Angola, Métis e Urano e nova concessão na delegação de Moçambique e ENOP, de acordo com as normas OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, pela APCER;

- na acompanhamento, manutenção e extensão da certificação do sistema de gestão ambiental em Portugal e EDIRIO, de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2015, pela APCER;

- no acompanhamento da acreditação, pelo IPAC, ao Laboratório Central de Portugal, de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005; e

- na certificação obtida no âmbito da marcação CE para as estruturas metálicas produzidas na Edirio, segundo a norma EN1090+1:2009+A1:2011.

Moçambique

Malawi

5. As causas nefastas que têm contribuído para a deterioração da indústria da construção e que têm levado muitas das empresas deste setor a praticarem uma política de preços excessivamente baixos são encaradas como um desafio, visto que a Conduril procura sempre ser competitiva mantendo os padrões de qualidade que lhe são reconhecidos. Ao mesmo tempo, são vistas como uma oportunidade, dado que estes padrões se assumem como um grande elemento de diferenciação.

Para o ano de 2019 o grupo perspetiva um volume de atividade e de resultados superior ao verificado em 2018.

A carteira atual de obras em execução ascende a cerca de 300 milhões de euros, havendo boas perspetivas do seu reforço no curto prazo.

A expansão a novos mercados continua na ordem de trabalhos da Conduril, embora condicionada a projetos com elevado interesse estratégico e financeiro.

6. Outras informações:

a) A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi, Gabão e Marrocos.

b) Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

c) O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.

d) As 200.000 ações próprias detidas pela empresa não foram objeto de qualquer transação no ano.

e) Não ocorreu qualquer alteração em relação ao número de ações da CONDURIL – Engenharia, S.A. detidas por titulares do Conselho de Administração, ao longo do ano 2018.

7. O Conselho de Administração, consciente da importância da estabilidade e solidez económica e financeira do grupo e do equilíbrio dos seus capitais próprios propõe no seu relatório e contas individual, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido do período no valor de 3.045.198 euros apresente a seguinte aplicação:

- Dividendos: 900.000 euros, que correspondem a 0,50 euros por ação;
- Reservas Livres: 2.145.198 euros.

Portugal

8. Para terminar o seu relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que têm participado na atividade da Conduril, em particular, aos colaboradores do grupo pelo seu compromisso, profissionalismo e aos clientes, fornecedores, instituições bancárias e restantes elementos dos Órgãos Sociais por toda a colaboração e compreensão.

Ermesinde, 11 de março de 2019

O Conselho de Administração,

Gabão

Portugal

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2018**

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

	NOTAS	2018	2017
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	2;3;7	54.884.005	57.451.897
Ativos intangíveis	2;3;6	5.335.521	5.280.167
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3;9	823.721	-
Outros investimentos financeiros	3;9	89.280.114	90.025.701
Ativos por impostos diferidos	3;17	63.198	402.371
Subtotal		150.386.559	153.160.136
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3;10	13.544.069	12.540.815
Clientes	3;18	99.452.174	111.535.932
Clientes c/retenções de garantias	3;18	3.117.604	5.619.442
Estado e outros entes públicos	20	14.865.706	13.893.816
Acionistas		7.175	1.584.542
Outros créditos a receber	3;18;20	52.541.556	30.097.786
Diferimentos	3;20	362.547	616.920
Ativos financeiros detidos para negociação	18	-	1.944.715
Outros ativos financeiros	3;18	1.420	83.043.031
Caixa e depósitos bancários	3;4	12.247.200	7.556.870
Subtotal		196.139.451	268.433.868
TOTAL DO ATIVO		**346.526.010**	**421.594.004**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.444.152	3.389.979
Outras reservas		200.716.282	196.409.585
Resultados transitados		5.004.165	5.119.622
Excedentes de revalorização		2.708.790	2.947.434
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(11.537.690)	(6.094.311)
Subtotal		209.385.699	210.822.309
Resultado líquido do período		3.045.107	7.006.709
Subtotal		212.430.805	217.829.017
Interesses que não controlam		67.365	123.028
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	**3**	**212.498.170**	**217.952.045**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3;13	2.856.386	2.764.370
Financiamentos obtidos	3;8;18	34.616.607	53.048.697
Passivo por impostos diferidos	3;17	1.356.928	1.239.086
Subtotal		38.829.921	57.052.153
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	33.978.207	40.203.759
Adiantamentos de clientes	3	17.270.399	16.408.548
Estado e outros entes públicos	20	17.290.778	9.837.969
Acionistas		2.846.180	4.724.874
Financiamentos obtidos	3;8;18	12.934.358	63.697.234
Outras dívidas a pagar	3;20	10.271.947	9.900.202
Diferimentos	3;11;20	606.048	1.817.220
Subtotal		95.197.919	146.589.805
TOTAL DO PASSIVO		**134.027.840**	**203.641.959**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**346.526.010**	**421.594.004**

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	3;12;20;22	124.574.488	146.807.517
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3	630.313	-
Variação nos inventários da produção	3;10	103.879	(162.470)
Trabalhos para a própria entidade	3	1.540.773	7.588.515
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(27.369.092)	(32.190.152)
Fornecimentos e serviços externos	20	(43.427.304)	(52.318.827)
Gastos com pessoal	3;19;20	(34.124.019)	(39.884.962)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	(25.307)	(56.899)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	271.143	(1.125.720)
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(262.455)	(351.354)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	3;18	-	-
Outros rendimentos	14;20	18.596.124	22.385.481
Outros gastos	2;14;20	(14.873.168)	(16.173.711)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25.635.379	34.517.419
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(6.443.673)	(9.428.109)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.191.705	25.089.310
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;20	(6.407.899)	(11.267.487)
Resultado antes de impostos		12.783.806	13.821.822
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(9.736.709)	(6.805.359)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**3.047.097**	**7.016.463**
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		–	–
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa mãe		3.045.107	7.006.709
Interesses que não controlam		1.990	9.754
Subtotal		3.047.097	7.016.463
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		**1,69**	**3,90**

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RUBRICAS	NOTAS	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		176.878.856	162.006.521
Pagamentos a fornecedores		(75.678.533)	(104.106.784)
Pagamentos ao pessoal		(27.901.334)	(32.248.414)
Caixa gerada pelas operações		73.298.990	25.651.323
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.795.046)	(2.881.061)
Outros recebimentos/pagamentos		(10.010.019)	24.692
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**61.493.925**	**22.794.955**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(609.773)	(9.420.711)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(12.241)	(8.860)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		-	17.673
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		2.440.141	2.992.947
Dividendos		800.907	4.178.380
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**2.619.034**	**(2.240.571)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		85.351.145	127.096.427
Outras operações de financiamento		-	8.913
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(134.053.310)	(140.614.858)
Financiamentos leasings		(756.741)	(1.145.802)
Juros e gastos similares		(5.947.608)	(9.992.560)
Dividendos		(2.700.000)	(900.000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	(11.665)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**(58.106.514)**	**(25.559.546)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		6.006.445	(5.005.162)
Efeito das diferenças de câmbio		(1.316.115)	(256.924)
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.556.870	12.818.957
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	**4**	**12.247.200**	**7.556.870**

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2018		10.000.000	(950.000)	3.389.979	196.409.585	5.119.622	2.947.434	(6.094.311)	7.006.709	217.829.017	123.028	217.952.045
Aplicação do resultado do período				43.727	6.962.969	13			(7.006.709)	-		-
Posição em 01 de janeiro de 2018 após aplicação de resultados		10.000.000	(950.000)	3.433.706	203.372.554	5.119.635	2.947.434	(6.094.311)	-	217.829.017	123.028	217.952.045
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										-		-
Alterações de políticas contabilísticas										-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								(5.722.150)		(5.722.150)	(57.653)	(5.779.803)
Realização de excedentes de revalorização						398.755	(398.755)			-		-
Excedentes de revalorização						(160.112)	160.112			-		-
Ajustamentos por impostos diferidos										-		-
Aplicação do método da equivalência patrimonial								(4.569)		(4.569)		(4.569)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				10.446	43.727	(643.723)		283.340		(306.210)	(1)	(306.211)
		-	-	10.446	43.727	(405.079)	(238.644)	(5.443.379)	-	(6.032.929)	(57.654)	(6.090.582)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									3.045.107	3.045.107	1.990	3 047.097
Resultado integral									3.045.107	3.045.107	1.990	3.047.097
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Subscrições de capital										-		-
Subscrições de prémios de emissão										-		-
Distribuições					(2.700.000)					(2.700.000)		(2.700.000)
Entradas para cobertura de perdas										-		-
Outras operações						289.610				289.610		289.610
		-	-	-	(2.700.000)	289.610	-	-	-	(2.410.390)	-	(2.410.390)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2018	**3**	**10.000.000**	**(950.000)**	**3.444.152**	**200.716.282**	**5.004.165**	**2.708.790**	**(11.537.690)**	**3.045.107**	**212.430.805**	**67.365**	**212.498.170**

A Administração,

O Contabilista Certificado,

03.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A CONDURIL – Engenharia, S.A. ("CONDURIL" ou "Empresa") é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 – 4445-416 Ermesinde – Valongo, e junto com as empresas participadas ("Grupo"), têm como atividade principal empreitadas de obras públicas e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

Entendemos que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos do Grupo e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 02 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015 de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de Contas).

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (NCRF).

A. Princípios de consolidação

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i. Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia - geral ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas "Interesses que não controlam".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas/sócios minoritários excedam o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas/sócios minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período, estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("Entidades de Finalidades Especiais"), ainda que não possua participações de capital diretamente ou indiretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

ii. Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal, as empresas onde exerce uma influência significativa mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de gastos ou rendimentos do período. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill*. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganhos do período na rubrica "Outros rendimentos".

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os rendimentos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

iii. Entidades conjuntamente controladas
Os interesses financeiros em empresas/entidades conjuntamente controladas foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas, pelo método da consolidação proporcional desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas/entidades conjuntamente controladas é determinada com base:

- Nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- Na percentagem efetiva de detenção;
- Nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa/entidade conjuntamente controlada é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

iv. *Goodwill*
À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O valor do *goodwill* não é amortizado. O ganho ou a perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis, sendo registadas na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)".

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

v. Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira
Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os gastos e rendimentos utilizando as taxas de câmbio médias. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios "Outras variações no capital próprio".

O valor do *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas entidades e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

B. Ativos intangíveis
Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 3 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

C. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 – 25
Equipamento básico	3 – 16
Equipamento de transporte	3 – 8
Equipamento administrativo	3 – 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

D. Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Grupo age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

E. Integração de sucursais

A informação contabilística das sucursais onde o Grupo desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Gabão, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato do Grupo, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

F. Imparidade dos ativos não correntes (exceto *goodwill*)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria

com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

G. Gastos de financiamentos obtidos

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

H. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

I. Instrumentos financeiros

i. Investimentos

Os investimentos noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação destes investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iv. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

vi. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vii. Letras descontadas e contas a receber cedidas em *factoring*

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "*Factoring* sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

viii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

J. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Grupo. O Grupo não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para o Grupo forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

K. Periodização económica

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

L. Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calcu-

lado com base no resultado tributável de cada empresa incluída na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

M. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

N. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

O. Complementos de reforma

A CONDURIL – Engenharia, S.A. assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a CONDURIL – Engenharia, S. A. criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

P. Rédito

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 – Contratos de construção, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato

quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

Q. Gastos com a preparação de propostas
Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

R. Trabalhos para a própria entidade
Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas por qualquer empresa do Grupo, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

S. Eventos subsequentes
Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

T. Julgamentos e estimativas
Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A. Resultados por ação
Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

B. Moeda estrangeira
Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor à data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como gastos e rendimentos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2018		2017	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,87336	n/a	0,83382	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,09130	0,09022	0,08939	0,09123
Pulas Botswana	Euro	0,08150	0,08320	0,08480	0,08545
Metical Moçambicano	Euro	0,01423	0,01402	0,01420	0,01397
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,07323	0,08010	0,08341	0,09219
Kwacha Malawi	Euro	0,00120	0,00117	0,00115	0,00121
Kwanza Angolano	Euro	0,00279	0,00325	0,00529	0,00526
Rand Sul Africano	Euro	0,06066	n/a	0,06702	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,06031	n/a	0,06734	n/a

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

A. Imparidade dos ativos

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos cash flows futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada de cada empresa incluída na consolidação, bem como nas expectativas futuras. O grupo considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de "Caixa e seus equivalentes" encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica "Caixa e depósitos bancários"

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	203.012	169.181
Depósitos à ordem	11.093.318	6.411.660
Depósitos a prazo	950.870	976.029
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	12.247.200	7.556.870

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

A. Total de remunerações: 1.870.598 euros (2017: 1.294.388 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

A. Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio – Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcántara – Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	20,11	21,85
Planestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
Marestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) – *Chairman*			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) – CEO			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Jorge Lúcio Teixeira Castro			
Eng.º Miguel José Alves Montenegro Andrade			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-

B. Transações e saldos pendentes:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2018:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / LOT 3 – Construção ACE	828.503	-	-
	828.503	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	-	20.000
SPER – Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	20.332.373	-	20.000
	33.805.721	-	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcantara – Garrovilla	1.212.122	-	-
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	-	590.442	-
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	1.194.156	1.030.350	-
	2.406.278	1.620.792	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
UTE Alcantara – Garrovilla	66.775	-
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	672.515	651.428
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	303.700	19.110
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	59.943
	1.042.990	730.481

Em 31 de dezembro de 2017:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / LOT 3 – Construção ACE	811.892	-	-
	811.892	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	-	-
SPER – Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	20.332.371	-	-
	33.805.719	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	49.707	55.946	-
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	1.847.360	1.515.393	-
	1.897.067	1.571.339	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	329.521	102.852
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	235.199	747.713
	564.720	850.565

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

A. As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS – OUTROS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Programas de computador	3	33,33%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	3	33,33%

B. Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

C. Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS – OUTROS	31.12.2018		31.12.2017	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Programas de computador	97.687	91.138	97.873	86.084
Propriedade industrial	48.446	1.325	48.446	1.325
Direitos de superfície	5.881.721	600.149	5.801.425	580.447
Outros ativos intangíveis	2.006	1.727	2.006	1.727
TOTAL	**6.029.860**	**694.339**	**5.949.750**	**669.583**

D. O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

ATIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	AMORTIZAÇÃO DO PERÍODO -OUTROS	
	31.12.2018	31.12.2017
Programas de computador	5.240	8.683
Direitos de superfície	19.702	31.378
TOTAL	**24.942**	**40.061**

E. Os movimentos na rubrica "Ativos intangíveis" durante 2018 e 2017 são os que se seguem:

	2018				
	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	*SOFTWARE*	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:					
Saldo em 31.12.2017	5.801.425	97.873	48.446	2.006	5.949.750
Adições	80.296	-	-	-	80.296
Transf. e abates	-	(186)	-	-	(186)
Saldo em 31.12.2018	5.881.721	97.687	48.446	2.006	6.029.860
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:					
Saldo em 31.12.2017	580.447	86.084	1.325	1.727	669.583
Adições	19.702	5.240	-	-	24.942
Transf. e abates	-	(186)	-	-	(186)
Saldo em 31.12.2018	600.149	91.138	1.325	1.727	694.339
VALOR LÍQUIDO	**5.281.572**	**6.549**	**47.121**	**279**	**5.335.521**

	2017					
	GOODWILL	DIREITO DE SUPERFÍCIE	*SOFTWARE*	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2016	-	5.801.425	97.873	48.446	2.006	5.949.750
Adições	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	5.801.425	97.873	48.446	2.006	5.949.750
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2016	-	549.069	77.401	1.325	1.727	629.522
Adições	-	31.378	8.683	-	-	40.061
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	580.447	86.084	1.325	1.727	669.583
VALOR LÍQUIDO	-	**5.220.978**	**11.789**	**47.121**	**279**	**5.280.167**

7. ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

A. Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

B. Método de depreciação usado:

O Grupo amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

C. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 – 25	4% – 10%
Equipamento básico	3 – 16	6,25% – 33,33%
Equipamento de transporte	3 – 8	12,50% – 33,33%
Equipamento administrativo	3 – 12	8,33% – 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10	10% – 33,33%

D/E. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2018							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2017	3.020.918	29.955.486	93.513.846	24.680.419	2.156.888	1.255.305	16.407.582	170.990.444
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	699.492	2.109.602	1.147.897	25.024	236.090	2.951.551	7.169.656
Alienações	(54.148)	-	(2.226.785)	(613.972)	-	(435)	-	(2.895.340)
Outras variações	(48.444)	(2.103.418)	(1.436.520)	(474.005)	(58.250)	(12.192)	152	(4.132.677)
Transf. e abates	-	(10.017)	781.472	(386.638)	-	(24.983)	(1.142.554)	(782.720)
Saldo em 31.12.2018	2.918.326	28.541.543	92.741.615	24.353.701	2.123.661	1.453.786	18.216.731	170.349.363
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2017	-	18.909.939	72.008.178	20.058.824	1.794.658	766.948	-	113.538.547
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	959.986	4.299.055	916.056	67.651	175.983	-	6.418.731
Alienações	-	-	(1.185.185)	(547.607)	-	(435)	-	(1.733.227)
Outras variações	-	(1.312.766)	(1.323.904)	(184.828)	(39.327)	(3.271)	-	(2.864.096)
Transf. e abates	-	(8.141)	451.119	(311.157)	(1.523)	(24.895)	-	105.403
Saldo em 31.12.2018	-	18.549.018	74.249.263	19.931.288	1.821.459	914.330	-	115.465.358
VALOR LÍQUIDO	2.918.326	9.992.525	18.492.352	4.422.413	302.203	539.455	18.216.731	54.884.005

	2017							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2016	3.020.930	28.674.759	94.139.612	24.228.290	2.090.692	1.223.325	10.559.099	163.936.707
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	1.082.123	1.185.355	45.428	35.863	7.591.747	9.940.515
Alienações	-	-	(1.934.806)	(704.954)	(3.118)	-	-	(2.642.878)
Outras variações	(12)	16.547	92.194	23.242	7.195	3.701	3.542	146.409
Transf. e abates	-	1.264.180	134.723	(51.514)	16.691	(7.584)	(1.746.806)	(390.310)
Saldo em 31.12.2017	3.020.918	29.955.486	93.513.846	24.680.419	2.156.888	1.255.305	16.407.582	170.990.444
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2016	-	17.793.889	66.853.100	19.422.884	1.699.517	553.714	-	106.323.104
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	1.106.221	6.608.985	1.373.289	90.096	209.457	-	9.388.048
Alienações	-	-	(1.545.484)	(694.826)	(2.207)	-	-	(2.242.517)
Outras variações	-	9.829	88.304	23.378	6.814	3.511	-	131.836
Transf. e abates	-	-	3.273	(65.901)	438	266	-	(61.924)
Saldo em 31.12.2017	-	18.909.939	72.008.178	20.058.824	1.794.658	766.948	-	113.538.547
VALOR LÍQUIDO	3.020.918	11.045.547	21.505.668	4.621.595	362.230	488.357	16.407.582	57.451.897

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2018	31.12.2017
Edifícios e outras construções	2.891.541	-
Equipamento básico	15.736	7.591.747
Equipamento de transporte	44.274	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-
TOTAL	2.951.551	7.591.747

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIAÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	DEPRECIAÇÃO RECONHECIDA COMO PARTE DE CUSTO DE OUTROS ATIVOS	TOTAL
Edifícios e outras construções	959.986	-	959.986
Equipamento básico	4.299.055	-	4.299.055
Equipamento de transporte	916.056	-	916.056
Equipamento administrativo	67.651	-	67.651
Outros ativos fixos tangíveis	175.983	-	175.983
TOTAL	6.418.731	-	6.418.731

7.4. Depreciação acumulada no final do período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	
	31.12.2018	31.12.2017
Edifícios e outras construções	18.549.018	18.909.939
Equipamento básico	74.249.263	72.008.178
Equipamento de transporte	19.931.288	20.058.824
Equipamento administrativo	1.821.459	1.794.658
Outros ativos fixos tangíveis	914.330	766.948
TOTAL	115.465.358	113.538.547

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", em 31 de dezembro de 2018 e 2017, referem-se aos seguintes projetos:

ATIVOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	
	31.12.2018	31.12.2017
Edifícios e outras construções	17.931.687	16.407.582
Equipamento básico	101.732	-
Equipamento de transporte	183.312	-
TOTAL	18.216.731	16.407.582

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

31.12.2018	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	45.892.886	32.960.291	12.932.595
Angola	93.177.861	59.592.865	33.584.996
Moçambique	14.049.664	9.599.926	4.449.738
Marrocos	2.748.957	2.700.682	48.275
Botswana	60.164	48.446	11.718
Cabo Verde	51.347	49.705	1.642
Zâmbia	11.057.528	8.292.015	2.765.513
Malawi	1.798.614	1.124.365	674.249
Gabão	1.512.342	1.097.063	415.279
TOTAL	170.349.363	115.465.358	54.884.005

31.12.2017	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	45.874.440	32.556.744	13.317.696
Angola	93.818.710	60.114.655	33.704.054
Moçambique	13.660.734	8.978.822	4.681.912
Marrocos	2.748.957	2.543.097	205.860
Botswana	89.614	76.064	13.549
Cabo Verde	51.348	49.705	1.642
Zâmbia	11.055.488	7.351.990	3.703.498
Malawi	1.798.614	781.631	1.016.983
Gabão	1.892.539	1.085.839	806.700
TOTAL	170.990.444	113.538.547	57.451.897

8. LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários:

A. Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	31.12.2018	31.12.2017
Equipamento básico	970.669	820.886
Equipamento de transporte	1.482.527	745.358
TOTAL	2.453.196	1.566.244

B. Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e o seu valor presente:

	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos mínimos até 1 ano	902.890	504.068
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	1.687.275	971.942
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	2.590.165	1.476.009
Pagamento de juros futuros	45.867	28.957
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	2.544.298	1.447.052

C. Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Não mais de 1 ano	902.890	504.068	879.871	489.475
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	1.687.275	971.942	1.664.427	957.577
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	2.590.165	1.476.009	2.544.298	1.447.052

9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS SUBSIDIÁRIAS EM ASSOCIADAS

9.1. Empresas subsidiárias

DENOMINAÇÃO SOCIAL	Tipo de participação	Método de consolidação
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Consolidação integral
Edirio – Construções, S.A.	100,00%	Consolidação integral
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Consolidação integral
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Consolidação integral
Urano, Lda.	99,00%	Consolidação integral
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	100,00%	Consolidação integral

9.2. Empresas subsidiárias

A. Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e RRC
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Tecnovia
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Tecnovia

B. Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril Construção – ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement CJA/Lot 3 – Construção ACE	33,33%	Custo
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	Método proporcional
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	Método proporcional
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	Método proporcional

Em 2018, o ACE Edifer / RRC / Conduril foi dissolvido.

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA/Lot3 – Construção ACE, Groupement Túnel de Nador, Construção ACE e Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE.

C. Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado até à data

em que este efetivamente termine. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível.

9.3. Associadas

A. Listagem e descrição das associadas:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
SPER – Soc. Portuguesa para a Constr. e Explor Rodov., S.A.	21,85%	Equivalência patrimonial
Planestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial
Marestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	292.374.039	(8.626.182)	7.423.213
SPER – Soc. Portuguesa para a Constr. e Explor Rodov., S.A.	-	179.633.938	15.852.232	(10.227.909)
Planestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	414.000	2.621.733	1.242.123	1.182.123
Marestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	409.720	3.558.915	1.229.287	434.401
TOTAL	823.720			

9.4. Detalhe da rubrica "Outros investimentos financeiros"

OUTRAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS AO CUSTO	31.12.2018	31.12.2017
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	130.000
SPER, S.A.	-	149.500
Planestrada - Op. Manut. Rod., S.A.	-	5.001
Marestrada - Op.Man.Rod., S.A.	-	5.001
Norgarante	18.877	10.000
Garval	1.682	-
Lisgarante	1.682	-
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	341.375
Lusitânia Seguros	76.815	76.815
Outras	2.820	5.342
TOTAL	443.251	723.034

Relacionado com estas participações encontram-se registados na rubrica "Outros investimentos financeiros" os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO
UTE Alcántara-Garrovillas	-	-
SPER, S.A.	20.332.373	20.332.373
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	13.473.348
Outros - Títulos dívida pública	54.993.624	55.470.944
Outros – FCT	37.519	26.003
TOTAL	88.836.864	89.302.668

10. INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2018	31.12.2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.796.562	12.548.342
Mercadorias	9.646	27.806
Produtos acabados e intermédios	610.970	682.774
Produtos e trabalhos em curso	-	129.696
	14.417.178	13.388.617
Perdas por imparidade	(873.109)	(847.802)
TOTAL	13.544.069	12.540.815

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Inventário inicial	27.806	50.190	11.700.540	12.339.254
Perdas por imparidade em existências	-	-	-	-
Compras	-	-	29.146.330	31.550.766
Reclassificação e regularização de inventários	(18.160)	(22.384)	(554.325)	672
Inventário final	(9.646)	(27.806)	(12.923.453)	(11.700.540)
Gasto do período	-	-	27.369.092	32.190.152

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Inventário inicial	682.774	534.172	-	439.883
Reclassificação e regularização de inventários	(175.682)	885	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	(610.970)	(682.774)	-	(129.696)
Variação de inventários na produção	**(103.879)**	**(147.717)**	**-**	**310.187**

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2018	31.12.2017
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25.307	56.899
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	**25.307**	**56.899**

REVERSÃO DE IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2018	31.12.2017
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	**-**	**-**
IMPACTO NO PERÍODO	25.307	56.899

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2017	847.802
Reforço	25.307
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDA POR IMPARIDADE ACUMULADA EM 31.12.2018	**873.109**

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2016	790.903
Reforço	56.899
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
Perda por imparidade acumulada em 31.12.2017	**847.802**

11. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era o seguinte:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2018	RÉDITO DE 2017
Contratos de construção	117.542.868	139.099.713
TOTAL	117.542.868	139.099.713

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

2018	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	313.185.360	391.948.557	3.848.926	911.108
TOTAL	313.185.360	391.948.557	3.848.926	911.108

2017	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	334.598.453	430.891.347	6.900.473	1.977.656
TOTAL	334.598.456	430.891.347	6.900.473	1.977.656

12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O Grupo reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

A. Vendas – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

B. Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

C. Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

D. Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2018	31.12.2017
Vendas de bens	1.573.288	2.562.597
Prestações de serviços	123.001.200	144.244.920
Juros	2.656.666	3.699.513
Dividendos	800.907	4.178.380
TOTAL	128.032.061	154.685.410

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	SALDO FINAL
Garantias a Clientes	2.554.941	453.088	(3.714)	(328.677)	-	2.675.638
Provisões contratos construção	2.672	-	(147)	(2.525)	-	-
Processos judiciais em curso	166.650	-	(166.650)	-	-	-
Outras provisões	40.107	172.466	-	(31.897)	72	180.748
TOTAL	**2.764.370**	**625.554**	**(170.511)**	**(363.099)**	**72**	**2.856.386**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	SALDO FINAL
Garantias a clientes	2.210.264	405.164	-	(60.488)	-	2.554.941
Provisões contratos construção	-	2.672	-	-	-	2.672
Processos judiciais em curso	166.650	-	-	-	-	166.650
Outras provisões	36.101	12.700	-	(8.695)	-	40.107
TOTAL	**2.413.015**	**420.537**	**-**	**(69.183)**	**-**	**2.764.370**

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso o Grupo está convicto que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo nosso gabinete jurídico interno, assim como pelos consultores jurídicos e fiscais.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 56.374.504 euros (em 31 de dezembro de 2017 o montante ascendia a 59.849.918 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

13.4. Gestão de riscos financeiros

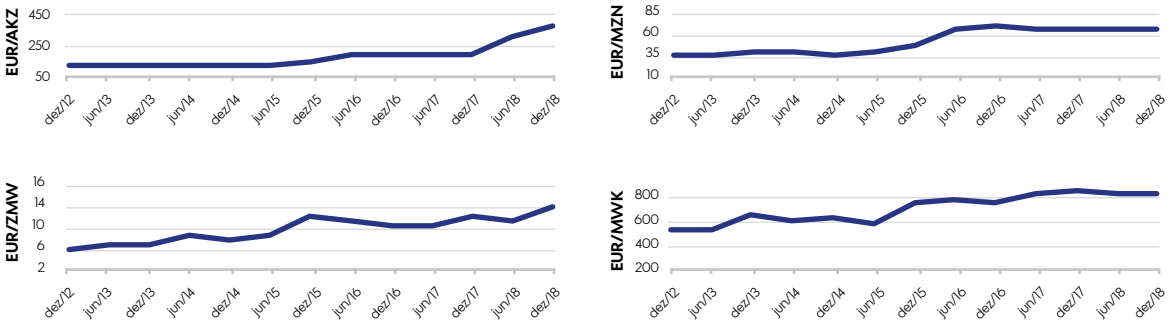
A. Princípios gerais

A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

B. Risco taxa de câmbio

Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Gabão), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia e Kwacha Malawi face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.

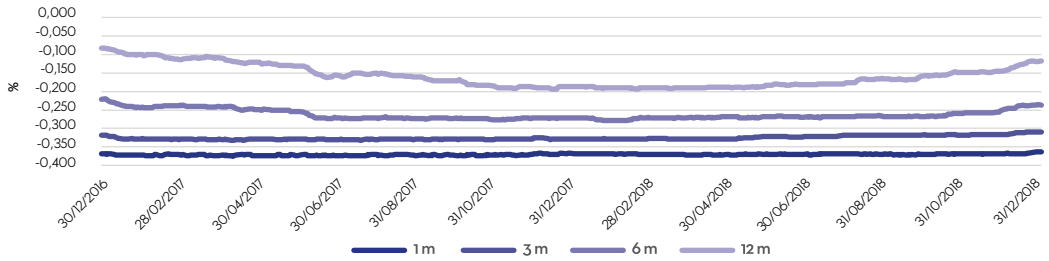
Evolução da Taxa de Câmbio



C. Risco taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Em 2018 não foi efetuada nenhuma cobertura de taxa juro decisão que se revelou acertada. Reduzimos também este tipo de risco com a transformação de parte do financiamento para financiamento indexado a taxa fixa. Estamos atentos a esta matéria, ficando sempre em aberto a execução de uma cobertura de taxa de juro para parte do nosso financiamento.

Evolução da Taxa Euribor



D. Risco de crédito

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos;

ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;

iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;

iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

E. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;

- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e

- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2018	31.12.2017
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	9.674.480	11.419.436
TOTAL	9.674.480	11.419.436
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	4.326.804	11.911.511
TOTAL	4.326.804	11.911.511

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2017	(7.602.999)
Reduções	(11.386.246)
Reforços	-
Saldo a 31.12.2018	(18.989.245)

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2016	(7.548.228)
Reduções	(62.384)
Reforços	7.613
Saldo a 31.12.2017	(7.602.999)

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras consolidadas não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual do Grupo evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2018, o Grupo incorreu em gastos que ascenderam a 71.850 euros (em 2017 ascenderam a 74.477 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, o Grupo reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	71.850
TOTAL	71.850

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	9.496.794	6.702.244
	9.496.794	6.702.244
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	239.915	103.115
	239.915	103.115
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	**9.736.709**	**6.805.359**

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2018	31.12.2017
Resultado antes de impostos	12.787.339	13.821.822
Gasto com impostos sobre o rendimento	9.736.709	6.805.359
Taxa efetiva de imposto	76,14%	49,24%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 30% Angola em 2017 e 2018)	4.733.451	4.472.401
AJUSTAMENTOS:		
Resultados decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	(109.367)	-
Taxas diferenciadas de imposto	1.750.830	924.826
Gastos não aceites como custo fiscal	2.997.314	114.898
Provisões não aceites como gasto	33.675	81.904
Reversão de provisões não tributadas	-	(268)
Restituição de impostos	-	(30.633)
Outros rendimentos não tributados	(3.628.504)	(1.051.148)
Prejuízos fiscais gerados no período	4.773.223	3.117.596
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(609.341)	(411.762)
Diferenças de câmbio não tributadas	(722.796)	-
Dupla tributação internacional	-	(522.775)
Tributações autónomas	244.663	200.533
Impostos diferidos decorrentes de períodos anteriores	239.916	103.115
Outros	33.645	(193.328)
	5.003.258	2.332.958
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	**9.736.709**	**6.805.359**

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	62.795	(198)	-	-	62.597
Aplicação da percentagem de acabamento	-	-	-	-	-
Provisões não aceites	235.262	(82.971)	-	(152.291)	-
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-
Outros	104.314	(12.659)	-	(91.054)	601
TOTAL	402.371	(95.828)	-	(243.345)	63.198

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	984.947	-	-	(44.189)	940.758
Gastos não aceites	254.139	(31.020)	193.051	-	416.170
TOTAL	1.239.086	(31.020)	193.051	(44.189)	1.356.928

A 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	44.097	-	18.698	-	62.795
Aplicação da percentagem de acabamento	2.020	-	-	(2.020)	-
Provisões não aceites	235.071	191	-	-	235.262
Prejuízos fiscais	236.714	(30.708)	-	(206.006)	-
Outros	42.776	(1.542)	103.713	(40.633)	104.314
TOTAL	560.678	(32.059)	122.411	(248.659)	402.371

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.057.889	-	-	(72.942)	984.947
Diferenças de câmbio não realizadas	234.788	(30.458)	49.809	-	254.139
TOTAL	1.292.677	(30.458)	49.809	(72.942)	1.239.086

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Bases de mensuração

É política do Grupo reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou

que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

O Grupo não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto o Grupo for detentor de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2018		31.12.2017	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	99.452.174	-	111.641.869	(105.937)
Clientes, c/ garantias	3.117.604	-	5.619.442	-
Clientes de cobrança duvidosa	3.547.092	(3.547.092)	2.811.643	(2.811.643)
TOTAL	**106.116.870**	**(3.547.092)**	**120.072.954**	**(2.917.580)**

18.3. Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica inclui os títulos de dívida pública do Estado Angolano de curto prazo (obrigações do tesouro), recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas em atraso do cliente Instituto Nacional de Estradas de Angola.

18.4. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Financiamentos obtidos" tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2018	31.12.2017
Contas caucionadas	4.618.249	20.836.065
Empréstimos bancários	24.497.516	41.798.706
Papel comercial	13.000.000	34.341.669
Locações financeiras	2.605.987	1.447.052
Factoring	2.742.525	288.824
Descobertos bancários contratados	86.688	18.033.615
TOTAL	47.550.965	116.745.931

18.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

A. Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos bancários	2.656.321	3.348.015
Outros	345	351.498
TOTAL	2.656.666	3.699.513

B. Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2018	31.12.2017
Financiamentos	5.798.691	10.630.955
Locações financeiras	18.313	30.809
Outros	3.251	68.122
TOTAL	5.820.255	10.729.886

18.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, o Grupo avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, o Grupo conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2018	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	-	(271.143)
Outros créditos a receber	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
TOTAL	-	(271.143)

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2017	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	1.125.720	-
Outros créditos a receber	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
TOTAL	1.125.720	-

18.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

18.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2018, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2018, existiam 113 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2018, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2018	31.12.2017
Custo dos serviços correntes	315.991	267.113
Custo juros	307.037	345.055
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Retorno dos ativos	(239.715)	(327.224)
Outras variações	-	-
TOTAL	383.313	284.944

Em 31 de dezembro de 2018, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 627.762 euros (2017: 2.438.455 euros). A redução do deficit verificada em 2018 deve-se à contribuição efetuada para o fundo de 2.000.000 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos". As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de Capital próprio, "Ajustamentos/ Outras variações de capital próprio", no montante de 1.065.500 euros (2017: 1.499.220 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2018 e 2017:

	31.12.2018	31.12.2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	4,5%	4,5%
Taxa de crescimento dos salários	1,75%	1,75%

19.2. Benefícios caráter social

A 31 de dezembro de 2018, no âmbito da atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua), existiam cerca de 697 funcionários em Angola e Moçambique a usufruir dos planos de conhecimentos especializados, quer no domínio técnico –profissional quer no domínio da alfabetização e escolarização, ministrados nos locais de trabalho. Os gastos relacionados com esta atividade são financiados na sua totalidade pela CONDURIL - Engenharia, S.A.; Em 31 de dezembro de 2018, as operações/ações/programas referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2018
PAAE (Progarma Alfabetização e Acelaração Escolar)	258.543
Formação Técnico Profissional	180.980
Formação Humana e Cultural	25.854
RVCCP (Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais)	51.709
TOTAL	**517.086**

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2018	31.12.2017
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	4.177	5.144
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.634.165	7.921.667
Outras tributações	2.784.753	4.195.775
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	3.442.611	1.771.230
TOTAL	**14.865.706**	**13.893.816**

PASSIVO	31.12.2018	31.12.2017
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	464.789	479.379
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.685.584	5.602.950
Contribuições para a Segurança Social	544.078	606.125
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	7.813.881	2.697.765
Outras tributações	782.446	451.750
TOTAL	**17.290.778**	**9.837.969**

20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2018 e 2017 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Mercado interno	29.283.666	26.713.409
Mercado externo	95.290.822	120.094.108
TOTAL	**124.574.488**	**146.807.517**

20.3. Fornecimento e serviços externos

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Subcontratos	24.033.251	21.989.482
Serviços especializados	847.168	7.232.822
Materiais	1.264.955	2.983.701
Energia e fluidos	3.718.127	6.560.005
Deslocações, estadas e transportes	3.808.153	3.708.575
Rendas e alugueres	4.648.906	4.822.192
Comunicação	372.262	492.063
Seguros	1.062.847	836.471
Royalties	18.195	19.574
Contencioso e notariado	38.181	36.915
Despesas de representação	101.001	107.097
Limpeza, higiene e conforto	277.167	364.224
Outros serviços	3.237.091	3.165.706
TOTAL	**43.427.304**	**52.318.827**

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica "Gastos com pessoal" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Remunerações dos órgãos sociais	1.718.990	1.132.581
Remunerações do pessoal	25.634.651	30.494.825
Indemnizações	163.773	88.527
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	383.313	284.944
Encargos sobre remunerações	2.890.782	2.978.236
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	760.886	807.751
Gastos de ação social	1.789.758	2.299.793
Outros	781.866	1.798.305
TOTAL	**34.124.019**	**39.884.962**

20.5. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Rendimentos suplementares	1.432.546	1.554.623
Descontos de pronto pagamento obtidos	200.855	14.295
Diferenças de câmbio favoráveis	4.326.804	11.911.511
Ganhos em inventários	11.310	7.567
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	382.561	352.958
Correções relativas a períodos anteriores	622.517	1.568
Juros obtidos	2.656.666	3.699.513
Dividendos obtidos	800.907	4.178.380
Benefícios de penalidades contratuais	7.964.594	-
Outros	197.364	665.066
TOTAL	**18.596.124**	**22.385.481**

20.6. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Impostos	1.682.627	3.319.817
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.041.837	818.807
Dívidas incobráveis	29.364	51.949
Diferenças de câmbio desfavoráveis	9.674.480	11.419.436
Perdas em inventários	801.086	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	63.595	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1.963	31.643
Correções relativas a períodos anteriores	534.070	56.013
Outros	1.044.146	476.046
TOTAL	**14.873.168**	**16.173.711**

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2018	31.12.2017
Juros suportados	5.817.004	10.661.764
Outros gastos e perdas de financiamento	590.895	605.723
TOTAL	**6.407.899**	**11.267.487**

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2018	31.12.2017
Gastos a reconhecer – seguros	226.904	244.376
Gastos a reconhecer – outros	63	4.018
Fundo de pensões – excedente (Nota 19)	-	-
Outros diferimentos	135.580	368.526
TOTAL	**362.547**	**616.920**

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2018	31.12.2017
Rendimentos a reconhecer – NCRF 19	288.522	1.351.056
Fundo de pensões (Nota 19)	-	-
Faturação a reconhecer	317.526	466.164
TOTAL	606.048	1.817.220

20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica "Outros créditos a receber" em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, tem a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores saldos devedores	877.518	613.587
Pessoal	42.685	43.606
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	631.274	49.751
Devedores por acréscimos de rendimentos	30.525.446	14.287.242
Adiantamento a fornecedores	508.947	2.156.920
Devedores diversos	19.955.686	12.946.680
TOTAL	52.541.556	30.097.786

A rubrica "Outras dívidas a pagar" em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, tem a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Clientes saldos credores	37.349	43.199
Pessoal	1.558.217	2.162.025
Fornecedores de investimentos	264.253	164.024
Credores por acréscimos de gastos – remunerações	1.520.260	2.872.313
Credores por acréscimos de gastos – outros	5.443.926	3.390.641
Credores diversos	1.447.942	1.268.000
TOTAL	10.271.947	9.900.202

20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 3.045.198 euros tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 900.000 euros, que correspondem a 0,50 euros por ação;

- Reservas Livres: 2.145.198 euros.

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto – lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

22. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO

22.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

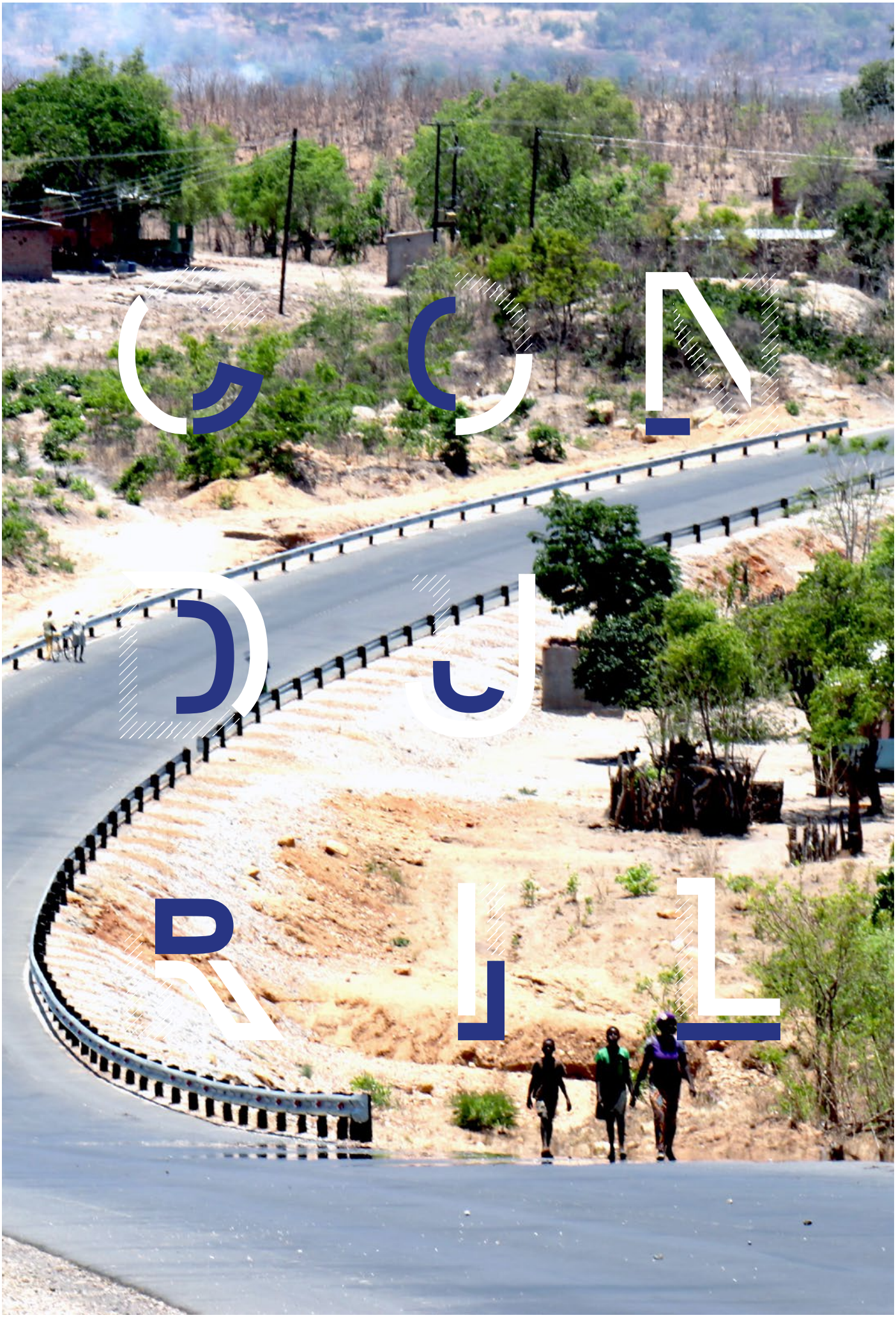
	31.12.2018	31.12.2017
Portugal	32.103.138	29.639.579
Angola	51.543.022	83.839.315
Moçambique	11.009.040	3.046.700
Marrocos	-	419.526
Zâmbia	21.406.554	18.199.823
Malawi	5.159.291	4.697.626
Gabão	3.353.443	6.964.948
TOTAL	124.574.488	146.807.517

22.2. Honorários Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2018, ascenderam a 28.750 euros.

A Administração,

O Contabilista Certificado,



Zâmbia

04 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2018**

04.

CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2018

CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório consolidado de gestão, balanço e contas consolidados e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da CONDURIL - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da CONDURIL - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão consolidado apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidada, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e do respetivo anexo e suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas consolidadas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, o balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, consolidados, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira consolidada da CONDURIL - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de

2018, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, as contas consolidadas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018,

2. que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão consolidado, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 13 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL

Ademar Américo Soares Paiva, Presidente

Maria de Lourdes Lopes Chaves

Júlio Gales Ferreira Pinto

Angola

05 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2018**

05.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 346.526.010 euros e um total de capital próprio de 212.498.170 euros, incluindo um resultado líquido de 3.045.107 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

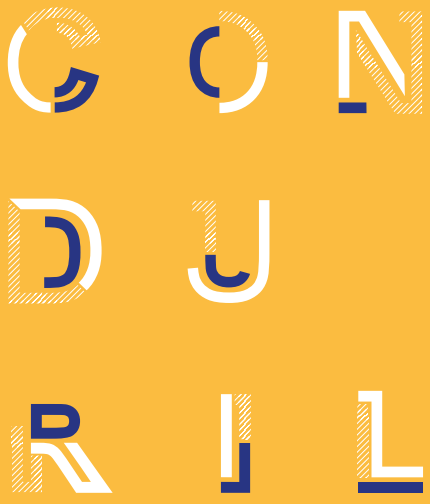
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 12 de março de 2019

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde – Portugal
T. +351 229 773 920
geral@conduril.pt

CONDURIL
ANGOLA
Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota – Luanda – Angola
T. +244 949 422 665
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL
MOÇAMBIQUE, ENOP
Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
Parcela 3380/12 – Matola – Moçambique
T. +258 219 025 88
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL
BOTSWANA
Tribal Lot 86 Portion 955 Isis Village
Tlokweng – Gaborone – Botswana
T. +267 319 02 53
info@conduril.co.bw

CONDURIL
ZÂMBIA
Plot 3817 Martin Mwamba Road
Lusaka – Zambia
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka – Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL
MALAWI
Campe Site P.O. Box. 40
Liwonde – Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL
GABÃO
Nzeng-Ayong (Après le carrefour GP)
Libreville – Gabon
gabon@conduril.pt

CONDURIL
AÇORES
Rua Padre João Baptista de Valles,
n.º 3 1º, SU/NA
9500-791 Ponta Delgada
geral@conduril-acores.pt

MÉTIS
Parque Industrial de Viana – B.º - Capalanga
Município de Viana – Luanda – ANGOLA
T. +244 939 212 517
expgeral@metis-engenharia.com

URANO
Polo Industrial de Viana, Zona do Km 25
Município de Viana – Comuna do Zango –
Luanda – ANGOLA
T. +244 939 133 245
geral@urano-metalomecanica.com

EDIRIO, CONSTRUÇÕES, S.A.
Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 22
4825-087 Água Longa – Santo Tirso
T. +351 229 688 411
geral@edirio.pt